

• DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE

A autenticidade na imagem dos centros históricos



Rui Parreira
Algarvego, Director Regional de Cultura
do Algarve, no Museu do Algarve

As comunidades tratam de forma diferenciada os bens materiais que herdaram dos gerações anteriores. O modo como aceitam (ou, pelo contrário, repudiam e esquecem) essa herança relaciona-se directamente com as atitudes dos diferentes grupos sociais que as constituem. Prevalcem neelas as preferências dos grupos política e socialmente dominantes. Ou seja, quanto às questões da conservação e transmissão dos bens materiais que constituem o património das comunidades, situámo-nos num âmbito socialmente conflituoso.

Foi sobretudo a partir de finais do século XVIII que as sociedades europeias começaram a valorizar a carga histórica dos bens imóveis herdados das gerações precedentes. O quadro político saído da Revolução Francesa ambicionou colocar essa herança à disposição de todos os cidadãos. O Estado tratou então de aquilatar uma metodologia para inventariar os bens históricos, definindo regras para os administrar, procurando ir mais além do seu simples valor económico.

Desde essa altura, as questões da conservação, restauro e transmissão do legado histórico converteram-se em assunto de política do Estado. E passaram a constituir mais um meio, entre outros, de controlo e de reprodução da sociedade, na medida em que os dispositivos institucionais criados para a preservação da memória histórica produzem uma *memória autorizada* pelo grupo social dominante.

Contudo, o património histórico das cidades continuaria a ser entendido apenas como o conjunto dos seus edifícios históricos notáveis, enaltecidos pela qualidade artística que neles se reconhecia. A noção de *património urbano histórica*, celebrado na sua espessura diacrónica, com os inerentes programas de conservação, foi uma consequência da industrialização, uma reacção à transformação abrupta do espaço urbano. Por contraste, a cidade antiga tornou-se então objecto de culto, passando a desempenhar, no seu conjunto, um papel de monumento histórico.

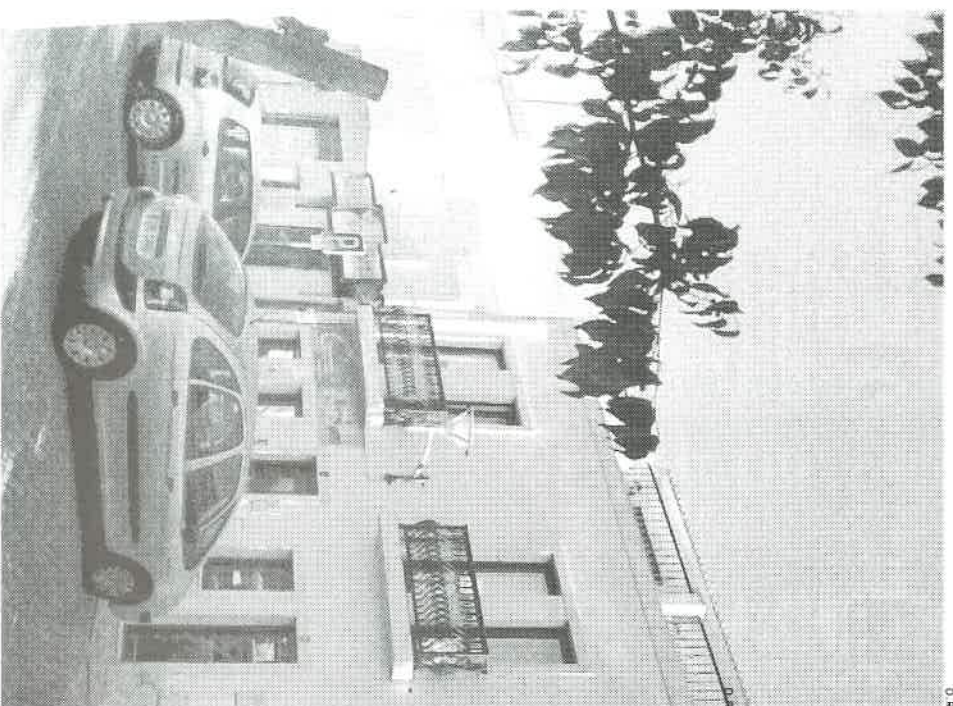
Só mais tardiamente, a partir

da década de 1960, viria a colocar-se a questão da *autenticidade*.

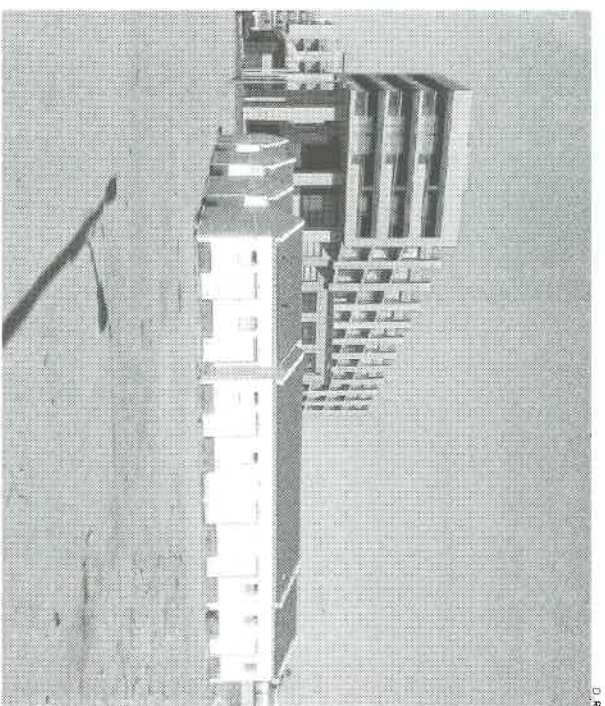
Assente na ética do restauro, no respeito pelos materiais tradicionais e na fiabilidade das fontes de informação documental, de diversa natureza (material, escrita, oral, figurativa...), a percepção da *autenticidade* passou, mais recentemente, a ter também em conta a diversidade cultural, por contraste com a (falsa) universalidade do sistema de pensamento ocidental, e acolhe uma multiplicidade de apreciações críticas dos documentos materiais

e informativos da herança histórica.

Questão não despendida, sobretudo quando nas cidades e vilas do Algarve se constata uma (reprovável) prática de *renovação* das áreas urbanas antigas mascarada de *regeneração urbana*, que usa modelos travestidos de construção tradicional. Um *algarvian style*, uniformizado, frequentemente imposto, que trava as marcas da trajectória temporal dos lugares privando-os de historicidade e reduz os criadores ao, cómodo e fácil, *pastiche*.



A adopção do algarvian style (Vila-Adentro de Lagos)



Dramatismo e perversidade, dois aspectos da chamada renovação urbana de áreas históricas nas cidades algarvias: o apagamento das memórias (frente ribeirinha de Olhão)